

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

Processo n.º: 11.981/2019-e**Origem:** Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF**Assunto:** Representação

Ementa: Representações, com pedidos de medida cautelar, formuladas por pessoa física (Sr^a. Fernanda Gonçalves Machado) e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME e Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli, em face da contratação emergencial conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993, para seleção de empresa para prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – Central 156, envolvendo recursos materiais, tecnológicos e humanos, incluindo aplicação de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais, conforme especificações descritas no Projeto Básico – PB e seus anexos. Análise de admissibilidade. Manifestação da unidade instrutiva. Ingresso de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Datamétrica Teleatendimento S/A, em face da referida contratação emergencial. Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM, amparado no art. 277 do Regimento Interno do TCDF, no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 e no art. 40 da Lei Complementar n.º 01/1994, no sentido de: tomar conhecimento das exordiais; fixar prazo de 02 (dois) dias para manifestação da SEFP/DF acerca do teor dos fatos representados e para envio ao Tribunal, em meio digital, de cópia do Processo n.º 0040-00012401/2019-8107, para subsidiar ulterior deliberação acerca das medidas cautelares suscitadas; dar ciência da deliberação às representantes; e autorizar o envio de cópia das representações e desta deliberação monocrática à SEFP/DF, para auxílio no cumprimento das diligências, e o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins, em caráter urgente e prioritário. Decisão n.º 1.800/2019: ratificação da deliberação monocrática. Manifestação da SEFP/DF.

Nesta fase: deliberação acerca das medidas cautelares requeridas nas exordiais. Unidade instrutiva sugere: tomar conhecimento da documentação encaminhada pela SEFP/DF; considerar cumprida a diligência constante do item II do Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 1800/2019; indeferir os pedidos cautelares suscitados pelas representantes; dar ciência do *decisum* que vier a ser prolatado aos interessados (representantes e SEFP/DF); e autorizar a realização de inspeção, caso se fizer necessária, na SEFP/DF e onde mais se fizer pertinente, para o completo exame dos fatos representados, e o retorno dos autos à Segem/TCDF, para análise de mérito das exordiais. VOTO convergente com a instrução, com acréscimos no sentido de também denegar as medidas cautelares requeridas nas representações em razão da presença de perigo de dano reverso e de autorizar o exame, em autos apartados, da regularidade da execução do contrato que vier a ser firmado em razão da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 – SEFP/DF, com amparo nos arts. 8º e 9º da Resolução TCDF n.º 289/2016.

Fundamento legal para não inclusão em pauta: art. 116, § 5º, inciso V, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF.



RELATÓRIO

Cuidam os autos das Representações, com pedidos de medida cautelar, formuladas por pessoa física (Sr^a. Fernanda Gonçalves Machado¹) e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME², Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli³ e Datamétrica Teleatendimento S/A.⁴, em face da contratação emergencial conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993, para seleção de empresa para prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – **Central 156**, envolvendo recursos materiais, tecnológicos e humanos, incluindo aplicação de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais, conforme especificações descritas no Projeto Básico – PB e seus anexos (e-DOCs F17FF10A-c, 6F632161-c, DDFB26D0-c e 60643322-c, respectivamente).

Considerando a urgência da matéria, notadamente em razão de o término do prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços n.º 11/2013 – CODEPLAN ocorrer em 31.05.2019, o Relator do feito exarou, em 27.05.2019, o **Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM** (e-DOC 32BE32B3-e), em harmonia com a unidade instrutiva, com ajuste e acréscimos, nestes termos:

“I. tome conhecimento:

a) das representações, com pedidos de medida cautelar, formuladas pela Sr^a. Fernanda Gonçalves Machado (e-DOC F17FF10A-c) e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME (e-DOC 6F632161-c), Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli (e-DOC DDFB26D0-c) e Datamétrica Teleatendimento S/A (e-DOC 60643322-c), versando sobre a contratação emergencial conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993, para seleção de empresa para prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – Central 156, envolvendo recursos materiais, tecnológicos e humanos, incluindo aplicação de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais, conforme especificações descritas no Projeto Básico – PB e seus anexos (objeto do Processo n.º 00040-00012401/2019-8107), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF e o disposto no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993;

b) da Informação n.º 21/2019 – Digem1 (e-DOC 6DE101CF-e);

¹ CPF 026.270.101-40.

² CNPJ 24.805.651/0001-17.

³ CNPJ 10.462.672/0001-72.

⁴ CNPJ 01.077.145/0001-53.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

- II. *determine à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, com relação à contratação emergencial objeto do Processo n.º 00040-00012401/2019-8107, que:*
- a) *com fulcro no art. 277, §3º, do RI/TCDF, manifeste-se acerca do teor dos fatos representados;*
- b) *encaminhe ao Tribunal, em meio digital, cópia do Processo n.º 0040-00012401/2019-8107, para subsidiar o cotejo dos esclarecimentos a serem encaminhados, com os fatos narrados nas representações das empresas participantes do procedimento de chamamento público para celebração de contratação mediante dispensa de licitação;*
- III. *dê ciência da Decisão que vier a ser prolatada às representantes, informando-lhes que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail);*
- IV. *autorize:*
- a) *o envio de cópia das representações indicadas no item “I-a” anterior e desta deliberação monocrática à SEFP/DF, para auxílio no cumprimento das diligências constantes do item II;*
- b) *o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF, para os devidos fins, em caráter urgente e prioritário.”*

Na Sessão Ordinária n.º 5.131, de 28.05.2019, o “Tribunal, por unanimidade, referendou o mencionado despacho, determinando a remessa dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SEGEM”, por meio da **Decisão n.º 1.800/2019** (e-DOC 587C8F85-e).

No dia 29.05.2019, em cumprimento ao Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 1.800/2019, a Pasta de Estado, por meio do Ofício SEI-GDF n.º 1897/2019 - SEFP/GAB (e-DOC 56571E9E-c), encaminhou suas considerações sobre os fatos representados.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

O Diretor da 1ª Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – 1ªDigem/TCDF, por meio da Informação n.º 25/2019 – Digem1 (e-DOC 9B830D6C-e), inicialmente contextualizou o presente feito, assim:

“2. Na fase processual anterior, o Conselheiro Relator dos autos prolatou o Despacho Singular nº 294/2019 – GCIM (peça 18), posteriormente referendado pela Decisão nº 1800/2019 (peça 26), mediante o qual decidiu:

I) conhecer das representações e da Informação nº 21/2019 – Digem1 (peça 10);

II) determinar à SEFP/DF, com fulcro no art. 277, § 3º, do RI/TCDF⁵, manifestar-se sobre os fatos representados; bem

⁵ RI/TCDF: “Art. 277. (...) § 3º Se o Plenário, o Presidente ou o relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até cinco dias úteis.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

como encaminhar cópia do Processo SEI nº 0040-00012401/2019-81;

III) dar ciência da decisão monocrática às representantes;

IV) autorizar o envio de cópia das representações à SEFP/DF e o retorno dos autos à Segem para os devidos fins, em caráter urgente e prioritário.

3. Cientificada dos termos do referido despacho em 28.05.2019, por intermédio do Ofício nº 3277/2019-GP (peças 19 e 24), a Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, em atenção ao item II acima, encaminhou, em 29.05.2019, o Ofício SEI-GDF nº 1897/2019 – SEFP/GAB (peça 28), cujo seguinte trecho releva destacar:

“2. Instada a manifestar-se, a Subsecretaria de Compras Governamentais da Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa desta Pasta emitiu a Nota Técnica SEI-GDF n.º 161/2019 - SEFP/SAGA/ SCG/AGEAD (23048000), devidamente corroborada por sua Secretária Adjunta, a qual encaminho a essa Corte para conhecimento juntamente com a mídia que segue anexa com os arquivos pertinentes.”

4. Citada Nota Técnica, juntamente com os arquivos encaminhados em mídia, constam da peça 29 destes autos. Dada sua importância, ela também foi juntada, em separado, à peça 30, que será utilizada para as referências. Destaca-se, ainda, que a cópia do Processo SEI nº 0040-00012401/2019-8107 disponibilizada pela SEFP/DF por meio de “link” por e-mail, também foi juntada aos autos à peça 31.

5. Assim, cuida esta fase processual de submeter à apreciação do Conselheiro Relator dos autos análise e proposta quanto aos fundamentos dos pedidos cautelares suscitados pelas representantes, consoante disposto no § 6º do art. 230 do RI/TCDF⁶, para que o Tribunal possa deliberar sobre referidos pedidos na sessão ordinária a ser realizada **na data de hoje, 30.05.2019**, vez que o contrato que trata da prestação de serviços da Central 156 se encerra amanhã, 31.05.2019.”

Na sequência, o teor das representações foi sintetizado da seguinte forma:

“6. As representantes se insurgem contra as especificações dos serviços da Central 156, constantes do Projeto Básico – PB para contratação emergencial de que trata o aviso publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 95, de 22.05.2019, p. 22, pela SEFP/DF:

⁶ RI/TCDF: “Art. 277. (...) § 6º Recebidas eventuais manifestações das partes quanto às oitivas a que se referem os parágrafos anteriores, deverá a unidade técnica submeter à apreciação do relator análise e proposta tão somente quanto aos fundamentos e à manutenção da cautelar, salvo quando o estado do processo permitir a formulação imediata da proposta de mérito.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

A Subsecretaria de Compras Governamentais comunica a abertura da Dispensa de Licitação, EMERGENCIAL, para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal - Central 156, envolvendo recursos materiais, tecnológicos e humanos, incluindo aplicação de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.466/2013. Processo SEI nº 00040.00012401/2019-81, no valor estimado de R\$ 5.397.836,88 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos), para o período de até 180 (cento e oitenta) dias. O Projeto Básico contendo todas as informações necessárias poderá ser obtido no endereço: Praça do Buriti, Anexo do Palácio do Buriti, 5º andar, sala 500, Brasília/DF, CEP: 70.075-900, telefone: (61) 3313-8160. As propostas, juntamente com a documentação, deverão ser entregues em um único envelope lacrado até às 18h do dia 23/05/2019 no endereço supracitado.

LEONARDO RODRIGO FERREIRA
Subsecretário

7. *Ressaltam que o Pregão Eletrônico – PE nº 23/2019, que objetiva contratar os mesmos serviços e é objeto, no Tribunal, do Processo nº 9546/2019-e, encontra-se suspenso por força do Despacho Singular nº 157/2019-GCPM (e-DOC 62A3B5DA), referendado pela Decisão nº 1533/2019 (e-DOC BFE98EE3).*

8. *Informam que a vigência da contratação emergencial pretendida pela Secretaria distrital iniciar-se-á em 01.06.2019.*

9. *Asseveram que o PB constante do Processo SEI nº 0040-00012401/ 2019-81 possui diversas irregularidades, dentre as quais, em apertada síntese, destacam-se:*

Representação formulada pela Sra. Fernanda Machado (peça 3)

- a) Exiguidade do prazo para implantação do CRM – Customer Relationship Management (Sistema de Gestão do Relacionamento) em restrição à competitividade e com direcionamento da contratação (fls. 4/5);*
- b) Alteração da solução para prestação dos serviços no âmbito de um contrato emergencial representando antieconomicidade e decisão irracional da Administração (fls. 6/9);*
- c) Utilização da estimativa de preço constante do Pregão Eletrônico nº 23/2019, que exige 105 funcionalidades, para uma contratação distinta e mais simples, que limita-se a menos de 20 funcionalidades, representa ilegalidade (fls. 9/10);*
- d) Não indicação de data e local para abertura das propostas representa violação aos princípios da transparência e da publicidade (fl. 11);*

Representação formulada pela empresa CJU Brasil (peça 6)

- e) Exiguidade do prazo para implantação da solução representa ilegalidade e violação da competitividade (fls. 5/6);*
- f) Exigências de qualificação técnica além do necessário para execução dos serviços, em afronta ao art. 37, XXI, da CF, e aos arts. 3º e 30, II e § 6º, da Lei 8.666/1993 (fls. 6/8);*
- g) Grau de endividamento máximo restritivo, em afronta ao art. 31, § 5º, da Lei 8.666/1993 (fls. 8/9);*
- h) Cláusula de acordo de nível de serviço desarrazoada (fls. 9/10);*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

- i) *Exigência de recursos tecnológicos dimensionados para três anos de execução, sendo que o contrato poderá ser encerrado em 30 dias (fl. 10);*
- j) *Omissão em se lançar o Pregão Eletrônico nº 23/2019 em tempo hábil para a implantação dos novos serviços antes do encerramento do Contrato vigente (fl. 11);*
- k) *Ausência de parâmetros para o valor estimado da dispensa de licitação (fls. 11/14);*

Representação formulada pela empresa Vanerven (peça 9)

- l) *Direcionamento da contratação, ante a alteração da solução para prestação dos serviços e sobretudo pelo exíguo prazo para implantação, que só possibilita o atendimento por quem já tenha “tudo pronto” (fls. 2/5);*
- m) *Diversos itens do PB não se coadunam com a natureza de uma contratação emergencial, pois foram “copiados” e “colados” do edital do Pregão nº 23/2019 suspenso pelo Tribunal (fls. 5/10);*

Representação formulada pela empresa Datamétrica (peça 17):

- n) *Exigência de índices contábeis em afronta ao art. 31, § 5º, da Lei 8.666/1993 e à competitividade do certame (fls. 1/7);*
- o) *Restrição de acesso à informação por parte das concorrentes, vez que a análise dos documentos e propostas apresentadas não será pública (fl. 7).*

10. *No que tange aos pedidos cautelares suscitados, objeto desta fase processual, destacam-se as manifestações das representantes, nos termos a seguir (todas com destaques originais):*

Representação formulada pela Sra. Fernanda Machado (peça 3):

(...)

MEDIDA CAUTELAR

Cabível na presente demanda, conforme art. 198, caput, do Regimento Interno, e a Decisão Normativa nº. 1.347/2004, do TCDF, a concessão de medida liminar de natureza acautelatória, no sentido do suspender a abertura do processo de contratação emergencial.

Os requisitos para a concessão de medidas cautelares é que haja fundamentos e início de prova, em casos em que haja receio de grave lesão ao erário ou ao direito alheio, risco de ineficiência da decisão de mérito ou inviabilização da reparação do dano.

Pois bem, todos os requisitos estão presentes no referido caso. Provas e fundamentos suficientes não faltam, uma vez que se trata única e exclusivamente de matéria de direito.

A concessão da medida visa evitar que haja perdimento de direitos por exaustão do próprio direito vindicado, por decurso de tempo. O provimento deste Tribunal de Contas pode ser tardio de forma a causar danos irreparáveis à Administração e à coletividade, dados os indícios fortes de restrição da competitividade, direcionamento e prejuízo ao erário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

A fumaça do bom direito também está demonstrada. Por tudo que foi argumentado fica evidente que o edital contém cláusulas absolutamente ilegais, que desrespeitam a Lei de Licitações, a Constituição Federal e a jurisprudência do TCU e do Poder Judiciário.

Neste passo, estando presentes os requisitos necessários à concessão do provimento cautelar, é medida que se faz, além de justa e necessária, urgente, no sentido de suspender a abertura do processo de contratação emergencial, até que ulterior decisão deste d. juízo de contas sobrevenha.

DOS PEDIDOS

Portanto, com base em todos os fatos narrados, jurisprudência colacionada e nas demais razões de direito expendidas, a Representante pugna porque:

(...)

b) Concessão de medida liminar para suspender todo o processo de contratação emergencial, bem como todos os atos posteriores eventualmente decorridos, até que ulterior decisão de mérito sobrevenha;

(...)

Representação formulada pela empresa CJU Brasil (peça 6):

(...)

IV. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Feitas estas considerações, por todo o exposto, REQUER, respeitosamente quanto segue:

(...)

2. SEJA CONCEDIDA MEDIDA CAUTELAR, INAUDITA ALTERA PARTE, até decisão final, conforme artigo 113 § 1º da Lei de Licitações e art. 277 do Regimento Interno do TCDF, PARA QUE SEJA SUSPensa A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL promovida pela SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE CONTRATOS CORPORATIVOS/SAGA/SEFP-DF, da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, pelas ilegalidades apontadas acima [§ 8º, itens “e” a “k”], que INDICAM UM POSSÍVEL DIRECIONAMENTO DA CONTRATAÇÃO;

(...)

Representação formulada pela empresa Vanerven (peça 9):

Os preceitos que embasam a presente peça são suficientes para convencer essa ilustre Tribunal a anular o Projeto Básico da Dispensa de Licitação promovida pela Secretara de Fazenda, Planejamento e Gestão do DF, posto que eivados de vícios que sugerem o direcionamento da contratação para quem já possui os requisitos lá previstos, especialmente, diante do prazo para implantação, que será de apenas 03 DIAS.

Assim sendo, com o fito de garantir a eficácia da atuação administrativa em casos de ilegalidade e irregularidades, a Constituição Federal, assim como a legislação infraconstitucional autorizam a adoção de medidas acautelatórias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

Neste esteio, o poder geral de cautela, do qual se pode valer a Administração Pública, inclusive sem a oitiva da parte contrária, estabelece que **"em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado"** (Artigo 45 da Lei nº 9.784/99).

No âmbito do TCDF, o Regimento Interno da Casa autorizou o proferimento de medidas cautelares em casos onde houver a presença do direito e o perigo de dano, conforme os termos do art. 277, in verbis:

(...)

III. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a Representante, com acatamento e respeito, vem a presença de Vossa Excelência, requerer:

(...)

2. seja deferida MEDIDA CAUTELAR / monocraticamente até decisão final de mérito, conforme artigo 113 § 1º da Lei de Licitações e art. 277 do Regimento Interno do TCDF, PARA QUE SEJA SUSPENSO O PROJETO BÁSICO QUE ESPECIFICOU AS CONDIÇÕES PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO EM TELA, promovida pela SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE CONTRATOS CORPORATIVOS/SAGA/SEFP-DF da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, **cujo recebimento de propostas será no dia 23/05/2019;**

(...)

Representação formulada pela empresa Damétrica (peça 17):

(...) pugna-se pela atuação desta corte de contas, a fim de suspender a contratação na fase que se encontra, compelindo o órgão a adotar os critérios de qualificação econômica em conformidade com os dispositivos legais impostos.

(...)” (grifos do original)

Em seguida, o Diretor da 1ª Digem/TCDF apresentou os argumentos trazidos pela Pasta de Estado, nestes termos:

“11. A Nota Técnica SEI-GDF nº 161/2019 – SEFP/SAGA/SCG/AGEAD⁷ (peça 30), anexa ao Ofício SEI-GDF nº 1897/2019 – SEFP/GAB (peça 28)⁸, após a introdução, traz informações preliminares, das quais releva transcrever neste momento processual (fls. 1/3, peça 30):

(...) esta Subsecretaria de Compras Governamentais (SCG/SEPLAG) deu ampla publicidade ao processo de contratação emergencial consubstanciada na publicação de Aviso de Dispensa de Licitação no (DODF) nº 92, sendo que 11 (onze) empresas do ramo demonstrou interesse na participação da dispensa de licitação nº 01/2019, ao retirar no âmbito desta SCG/SAGA o projeto Básico (23041393), conforme constata-se no Termo de Recebimento (23047144).

⁷ Firmada pela Sra. Renata Campelo Pinheiro, Assessora Especial AGEAD/SCG/SEFP; com o “De acordo” da Sra. Marúcia Valença Barbosa de Miranda, Assessora Especial GAB/SCG/SAGA/SEFP; e retificação do Sr. Leonardo Rodrigo Ferreira, Subsecretário de Compras Governamentais, e da Sra. Jozelia Praça de Medeiros, Scretária-Adjunta de Gestão Administrativa.

⁸ Fls. 1.222/1.249, peça 29.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

14. Assim, cumpre salientar que o prazo para apresentação das propostas encerrou-se às 18h:00min (dezoito horas) do dia 23/05/2019, sendo recebido na respectiva data o envelope lacrado das empresas BK Consultoria e Serviços LTDA (CNPJ: 03.022.122/0001-77) e Datamétrica Teleatendimento S/A (CNPJ: 01.077.145/0001-53), respectivamente, sendo, portanto, juntado aos autos os documentos das referidas empresas com a citada proposta/documento de habilitação para a Contratação Emergencial. Por conseguinte, a Comissão procedeu à análise da proposta entregue pelas supracitadas empresas, informando o que "após a abertura dos envelopes das propostas, passou-se a devida apreciação das propostas, cujos preços apresentados foram lidos em voz alta para todos os presentes. Ato contínuo, procedeu-se com a elaboração do mapa comparativo do valor global, a fim de classificar as propostas apresentadas pelas participantes, utilizando como parâmetro o valor estimado no Projeto Básico para cada lote".

15. Além disso, cumpre registrar que na avaliação das propostas e documentação habilitatória da empresa detentora do menor preço, visando a celebração da contratação emergencial, a comissão constatou que foi comprovada a qualificação mínima - habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, em conformidade com o disposto nos Subitens 10.1, 10.3 e 10.4 do Projeto Básico, bem como foram apresentados os documentos necessários à habilitação por meio de cópia autenticada por cartório, em conformidade com o disposto no Subitem 10.1.5 e 10.4.8 do Projeto Básico.

16. Ao final, concluiu pelo "atendimento das disposições constantes do item 10.2 - Da Qualificação Técnica e subitens, do Projeto Básico SEFP/SAGA/GTPLAN156, que rege a contratação emergencial - Processo 00040-00012401/2019-81, objeto do presente processo, e consequentemente a habilitação técnica da proponente referenciada", entendendo, ainda, que após análise da proposta e documentação apresentada pela empresa participante da contratação em apreço, que a empresa detentora do menor preço apresentou proposta **com diferença a menor de R\$ 1.149.728,40 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, setecentos e vinte oito reais e quarenta centavos) em comparação ao valor estimado, que é de R\$ 5.397.836,88 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).**

(Destaques originais)

12. Na sequência, são destacados os termos de Nota Técnica que abordou os pontos exigidos pelo Decreto nº 34.466/2013, que rege as contratações emergenciais no âmbito do Distrito Federal, dos quais reproduz-se em excerto os seguintes (fls. 3/5, peça 30):

(...)

III – A SITUAÇÃO EXCEPCIONAL QUE EXIJA DA ADMINISTRAÇÃO A ADOÇÃO DE MEDIDAS URGENTES E IMEDIATAS, SOB PENA DE OCASIONAR PREJUÍZO OU COMPROMETER A SEGURANÇA DE PESSOAS, OBRAS, SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS E OUTROS BENS, PÚBLICOS E PARTICULARES

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

Nos termos da Nota Técnica SEI-GDF n.º 121/2019 - SEFP/SAGA/ SCG/AGEAD é relevante ressaltar a importância dos serviços de call center para atendimento da Central 156 para o funcionamento das unidades administrativas do Distrito Federal (DF), uma vez que ela é indispensável para garantir atividades de regulação ambulatorial na qual é realizado a confirmação do agendamento de consultas médicas, exames e cirurgias junto aos pacientes atendidos pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), que realiza através desse canal a prestação de informações relacionadas a doação de sangue, a SES, que realiza o agendamento e orientações referentes a doação de leite materno para abastecimento das unidades de Banco de Leite do Distrito Federal, além da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), que realiza entre outros serviços, exclusivamente pela Central 156, o agendamento para atualização e inclusão cadastral do Programa Bolsa Família.

Outrossim, se faz mister ressaltar que está previsto para início em 17/06/2019 o atendimento para a matrícula da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Estado de Educação (SEE), além do serviço contínuo de cadastro para vagas em Creches, cujo único canal de registro para esse tipo de serviço no GDF é a Central 156. Ademais, outros serviços prestados pela Central 156 perpassam diversos órgãos de Governo e vão desde ações relacionadas a vigilância sanitária, até os serviços de arrecadação, denúncias e ouvidoria.

Além do mais, ressaltamos que o objetivo em tela é evitar a descontinuidade da prestação de serviço, dado que o Pregão Eletrônico nº 23/2019, encontra-se suspenso por determinação do TCDF, e que não haverá tempo hábil para conclusão do procedimento antes do término do mencionado contrato, razão pela qual se faz imperativa a contratação emergencial, visando assegurar a continuidade da prestação dos serviços.

Dessa forma, tendo em vista os documentos elaborados pelo Grupo de Trabalho constantes no bojo do Processo nº 00040-00012401/2019-81 e as razões acima elencadas para justificar a essencialidade da existência dos serviços ora citados, destacamos a necessidade da contratação emergencial.

IV - QUE A CONTRATAÇÃO É A ÚNICA ALTERNATIVA ADEQUADA, EFICAZ E EFICIENTE PARA AFASTAR O RISCO IMINENTE DETECTADO E PARA ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO.

Segundo consubstanciado na Nota Técnica SEI-GDF n.º 121/2019 - SEFP/SAGA/SCG/AGEAD, os serviços call center para atendimento da Central 156 é atualmente prestado por intermédio do contrato nº 11/2013 firmado entre esta Pasta e a empresa MARIANA VAN ERVEN SANTOS (VANERV SOLUTION), cuja vigência encerrará em 31/05/2019, sem possibilidade de prorrogação.

Conforme já destacado nos itens anteriores, o Pregão Eletrônico (PE) nº 23/2019 encontra-se suspenso para análise do TCDF, até ulterior deliberação daquele Tribunal, assim como concedeu prazo de 10 (dez) dias, para apresentação de esclarecimentos quanto aos fatos narrados na Representação formulada por cidadã. Além disso, o TCDF tomou

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

conhecimento de outra Representação que foi protocolada no âmbito daquela Corte de Contas pela empresa CJU Brasil Eireli ME.

Dessa forma, considerando o exposto acima, entende-se que não resta outra alternativa à Administração a não ser a contratação emergencial dos serviços de call center para atendimento da Central 156 para o funcionamento das unidades administrativas do Distrito Federal (DF), uma vez que é essencial para garantir o andamento de diversos serviços do Governo do Distrito Federal (...).

V - QUE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO SE LIMITA, EM TERMOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS, AO QUE FOR ESTRITAMENTE INDISPENSÁVEL AO ATENDIMENTO DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL.

O Grupo de Trabalho por meio do DOD informou que o objeto do contrato supracitado terá sua vigência encerrada em 31/05/2019, bem como ressaltou o quantitativo mínimo necessário de serviços que precisam ser contratados para que não haja descontinuidade dos serviços, conforme quadro abaixo consubstanciado:

Em concordância com o histórico de atendimentos de junho à novembro de 2018 e da demanda não atendida representada pela fila excedida do contrato em vigência, a previsão de contratação emergencial por atendimento para o período de até 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Inciso IV, Art. 24, da Lei 8.666/1993, conforme descrita a seguir:

Serviços Central 156	Estimativa - Quantidade de Atendimentos (Junho/2018 à Novembro/2018)
Atendimento Receptivo Humano	1.040.640*
Atendimento Ativo - Humano	440.203*

*Considerando a inclusão de 30% relativa a fila excedida

Abaixo especificamos a média mensal, tendo em vista a previsão de **cláusula resolutiva que estabelece a extinção do contrato emergencial logo após o início da execução dos serviços da nova contratação:**

Serviços Central 156	Estimativa - Quantidade de Atendimentos (Média Mensal)
Atendimento Receptivo Humano	173.440**
Atendimento Ativo - Humano	73.368**

** Número aproximado para o valor inteiro mais próximo

Ainda neste contexto, é importante destacar os excertos constantes no Estudo Técnico Preliminar, emitido pelo GT:

Esta contratação emergencial deve ser realizada com a manutenção dos atuais serviços prestados de **Atendimento Receptivo Humano e Atendimento Ativo Humano**, suprimindo assim os serviços de Preditivo Ativo Eletrônico e de Pesquisas com Ativo Humano, sem prejuízo para o Governo ou sociedade.

Baseando-se nas contratações realizadas por órgãos públicos em anos recentes, foi verificada a possibilidade de contratação por demanda de atendimento, na qual o pagamento deverá ser realizado por ligação efetivamente atendida. Esta modalidade de contratação foi a utilizada em órgãos públicos que prestam serviços semelhantes, conforme referências abaixo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

ÓRGÃO / Serviço	ANO	MODALIDADE	SERVIÇO CONTRATADO*
Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) – Central 156 (20377823)	2016	Pregão Eletrônico	Pagamento efetuado para o atendimento ativo e receptivo realizado.
Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN-DF) – Central 154 (20332246)	2018	Pregão Eletrônico	Pagamento efetuado para ligações efetivadas.
Banco de Brasília (BRB) – Central de Relacionamento - (20365826)	2018	Pregão Eletrônico	Pagamento efetuado para ligações efetivamente acolhidas.
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – Central de Relacionamento (20375901)	2018	Pregão Eletrônico	Pagamento efetuado para o atendimento ativo e receptivo realizado.

* Os termos informados são citados nos termos de referência dos órgãos.

Num comparativo entre o modelo de serviços atualmente contratados para a Central 156, com pagamento por Posto de Atendimento, e os modelos de contratação atualmente realizados para prestação dos mesmos serviços em outros órgãos, constatou-se diferença financeira significativa entre a contratação por Posto de Atendimento (PA) e a contratação por demanda de atendimento, gerando maior economicidade ao Estado. Para exemplificar, demonstraremos nas tabelas a seguir o comparativo financeiro do contrato atual e a simulação do mesmo contrato considerando o valor de mediana praticado no mercado.

Contrato nº 11/2013 - Mariana Van Erven Santos							
Call Center - Central 156							
GT Portaria nº229/2018, de 11/05/2018 e Portaria nº 86/2019, de 15/02/2019							
Ref.	NOTA FISCAL	Data Emissão	VALOR FATURADO	GLOSA	Data Pagamento	VALOR PAGO	Ordem Bancária
jun/18	Nº 316 (10494379)	03/07/2018	1.677.284,12	231.105,60	13/08/2018	1.387.473,58	11330649
jun/18	Nº 318 (10085170)	03/07/2018	60.258,99	0	13/08/2018	58.149,94	11330701
jul/18	Nº 324 (11791402)	03/08/2018	1.677.284,12	231.105,60	13/09/2018	1.387.473,58	12644435
ago/18	Nº 325 (12314000)	04/09/2018	1.677.284,12	231.105,60	13/09/2018	1.387.473,58	12644738
set/18	Nº 334 (13719764)	02/10/2018	1.677.284,12	231.105,60	08/11/2018	1.387.473,58	14858512
out/18	Nº 340 (14812000)	05/11/2018	2.354.272,15	231.105,60	11/12/2018	2.040.767,03	16224303
nov/18	Nº 341 (15846541)	03/12/2018	1.514.661,16	23.726,68	14/01/2019	R\$1.437.921,34	17189209
TOTAL			R\$10.638.328,78	1.179.254,68		R\$9.086.732,63	
MEDIA MENSAL			R\$1.773.054,80	R\$196.542,45		R\$1.514.455,44	

Fazendo a simulação dos valores da pesquisa de preços realizada no âmbito da contratação regular e os quantitativos da série histórica apresentados no item 3.3, teríamos o seguinte resultado:

Contrato Atual - Simulação por Demanda de Serviço			
Serviços Central 156	Quantidade Junho a Novembro de 2018	Valor Mediana	Estimativa Semestral em R\$
Atendimento Receptivo Humano	834.894	3,29	R\$ 2.746.801,26
Atendimento Ativo Humano	338.618	5,83	R\$ 1.974.142,94
Estimativa Total Semestral - Pagamento por Demanda - Serviço			R\$ 4.720.944,20

Baseando-se em modelos semelhante ao da proposta do GDF, bem como nos quantitativos de atendimento efetivamente realizados pela Central 156 (item 3.3), entende-se que o pagamento por Posto de Atendimento não reflete em resultados positivos nem ao que tange a economicidade, considerando que o contrato vigente possui custo financeiro superior a 55% do que a simulação estimada por demanda de serviço e nem ao que se refere ao desempenho da central, já que a fila excedida apresenta números maiores que a demanda atendida.

Assim, a recomendação é que a referida contratação seja realizada por demanda atendida, similar ao modelo proposto na contratação regular, tendo em vista que trará benefícios, desde o financeiro, dado que o pagamento será realizado apenas pelos atendimentos efetivamente realizados, até mesmo em relação prestação dos serviços, considerado que haverá maior disponibilidade da Central 156. (grifo nosso)

Ainda sobre o tópico acima citado, cumpre salientar que na mesma assentada, o GT comunicou que a estimativa de quantidade mensal de ligações apresentada para o período a ser contratado será maior que o identificado no estudo do Termo de Referência constante da contratação regular, por ter

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

como referência histórica o período de junho a novembro, no qual ocorre um aumento considerável da quantidade de ligações devido a ações e serviços de atendimento a população. Segundo o GT, as respectivas ações e serviços provocam um aumento do quantitativo dos atendimentos em determinados momentos, a exemplo da matrícula para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o serviço de Telematrícula ambos da Secretaria de Estado de Educação (SEE):

Destaque-se que a estimativa de quantidade mensal de ligações aqui apresentada para o período a ser contratado é maior que o identificado no estudo do Termo de Referência para a contratação regular, por ter como referência histórica o período de junho a novembro, no qual ocorre um aumento considerável da quantidade de ligações devido a ações e serviços de atendimento a população. Essas ações e serviços provocam um aumento do quantitativo dos atendimentos em determinados, a exemplo da matrícula para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o serviço de Telematrícula ambos da Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Considerando os valores estimados na alínea "a" do item 6, apresentamos a estimativa de custo da nova contratação a seguir:

Serviços Central 156	Estimativa Quantidade Semestral	Estimativa Quantidade Mensal	Valor Estimado por Demanda (Mediana)	Estimativa Semestral em R\$	Estimativa Mensal em R\$
Atendimento Receptivo Humano	1.040.640*	173.440**	3,29	R\$ 3.423.705,60	R\$ 570.618,00
Atendimento Ativo Humano	338.618	56.436**	5,83	R\$ 1.974.142,94	R\$ 329.022,00
Total				R\$ 5.397.848,54	R\$ 889.639

* Acréscimo de 30% sobre o quantitativo de atendimento atual do contrato

** Número aproximado para o valor inteiro mais próximo.

Destaque-se que a estimativa de quantidade mensal de ligações aqui apresentada para o período a ser contratado é maior que o identificado no estudo do Termo de Referência para a contratação regular, por ter como referência histórica o período de junho a novembro, no qual ocorre um aumento considerável da quantidade de ligações devido a ações e serviços de atendimento a população. Essas ações e serviços provocam um aumento do quantitativo dos atendimentos em determinados, a exemplo da matrícula para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o serviço de Telematrícula ambos da Secretaria de Estado de Educação (SEE).

Realizou-se estudos a partir do encaminhamento do Documento de Oficialização da Demanda - DOD (21935883) nos quais foi identificada uma diminuição de 30% no quantitativo de Atendimento Ativo Humano devido a não necessidade de realização de pesquisas através do referido serviço.

VI - QUE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO POSSA SER CONCLUÍDO NO PRAZO MÁXIMO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS E ININTERRUPTOS



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 11.981/19e

CONTADOS DA OCORRÊNCIA DA EMERGÊNCIA, VEDADA A PRORROGAÇÃO DESTES PRAZO.

Quanto ao presente tópico, destacamos s.m.j. que a Administração, mostrou-se diligente quanto às providências necessárias para realizar as adequações no Termo de Referência do Pregão (PE) nº 23/2019 – SCG/SEFP, a fim de que seja dada continuidade ao procedimento licitatório de forma célere.

Cumpre destacar que foi inserida cláusula resolutiva na minuta contratual (Cláusula Oitava, do prazo da vigência), de que o contrato deverá ser rescindido tão logo seja concluído o procedimento licitatório regular em andamento no bojo do Processo nº 00040-00005069/2019-07, sem direito a indenização.

VII - A COMPATIBILIDADE DAS PESQUISAS DE PREÇOS COM O MERCADO, POR MEIO DE, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) COTAÇÕES, FAZENDO CONSTAR DO PROCESSO A DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS ESTUDOS E LEVANTAMENTOS QUE FUNDAMENTARAM O PREÇO ESTIMADO E JUSTIFICANDO A HIPÓTESE DE NÃO SER POSSÍVEL ATINGIR O NÚMERO MÍNIMO DE COTAÇÕES.

Por meio da Nota Técnica (22245784 - Processo nº 00040-00012401/2019-81), emitida pela Diretoria de Pesquisa de Mercado, foram elaboradas pesquisa de preços considerando os valores unitários e a demanda de consumo apurada, chegando, assim estimativa de custo total de R\$ 5.397.836,88 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos), nos seguintes termos:

Considerando as especificações e condições elaboradas pela área técnica, e com o objetivo de alcançar efetivo parâmetro para a contratação a ser realizada, foram obtidos valores por meio de ampla pesquisa de preços públicos junto a contratos vigentes no âmbito do Distrito Federal e demais entes da federação (22242626 a 22244232).

Nesta via, compete registrar que, conforme legislação vigente, também foram realizadas consultas no Painel de Mapa de Preços das Notas Fiscais do Distrito Federal, contudo, devido as especificidades do serviço, não foram encontrados resultados positivos compatíveis com o objeto requisitado, conforme comprovados nos autos (22244443).

Por conseguinte, foi elaborada a Planilha Comparativa de Custos (22244560), e apurado os valores de referência de cada item. Ademais, cabe mencionar que, conforme o art. 10º da Portaria nº 514/2018, **o prazo de validade da planilha comparativa de preços expira em 13 de agosto de 2019.**

(...)

(Destques originais)

13. Por fim, há a manifestação sobre os pontos atacados em cada uma das representações objeto destes autos, seguida da conclusão, nos seguintes termos (fls. 5/27, peça 30):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

III – CONCLUSÃO

216. *Cumpra salientar que o Contrato nº 011/2013, relativo a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Contact Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal - Central 156, envolvendo recursos materiais, tecnológicos e humanos, incluindo pesquisas qualitativas e quantitativas, aplicação de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais, firmado com a MARIANA VAN ERVEN SANTOS (VANERV SOLUTION), terá sua vigência expirada em 31/05/2019, sem possibilidade de prorrogação. Além disso, vale comunicar que em decorrência da vigência do prazo de encerramento do referido contrato foi autuado processo no sentido de evitar a descontinuidade dos serviços, que por ocasião do chamamento público empresas do ramo se mostraram interessadas na respectiva dispensa. Assim, foram analisadas as propostas e documentação de habilitação das empresas interessadas.*

217. *Por conseguinte, a empresa detentora do menor preço apresentou proposta com diferença a menor de R\$ 1.149.728,40 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, setecentos e vinte oito reais e quarenta centavos) em comparação ao valor estimado, que é de R\$ 5.397.836,88 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).*

218. *Em tempo, cumpre informar que esta Subsecretaria concedeu por meio do acesso SEI "Gerenciar Disponibilizações de Acesso Externo" mediante os email's (...), o Processo nº 00040-00012401/2019-81, em cumprimento à solicitação do TCDF que solicitou à disponibilização do referido processo para consulta.*

219. *Ante o exposto, entende-se que os argumentos postos nas Representações com pedido de liminar formulada pela empresas CJU BRASIL EIRELLI ME, MARIANA VAN ERVEN SANTOS (VANERV SOLUTION) e DATAMÉTRICA TELEATENDIMENTO S/A e pela cidadã FERNANDA GONÇALVES MACHADO, não merecem lograr, haja vista que não existe nenhuma irregularidade constante nas disposições do Projeto Básico referente a Dispensa de Licitação nº 01/2019, cujas exigências objetivaram dar segurança à Administração, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e do Decreto nº 46.344/201 e de acordo com o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) e o Tribunal de Contas da União (TCU).*

(...)” (grifos do original)

Por fim, a área instrutiva examinou os fundamentos para deliberação (ou não) das medidas cautelares suscitadas nas Representações, assim:

“14. O Regimento Interno do Tribunal disciplina as medidas cautelares em seu art. 277, nos seguintes termos:

*Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, **em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

*ofício ou mediante provocação, **adotar medida cautelar**, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94.*

(Destaques acrescidos)

15. *Observa-se que o dispositivo regimental aborda os fundamentos necessários para a prolação da medida, que se restringem a dois: o *fumus boni iuris*⁹ e o *periculum in mora*¹⁰. O primeiro trata da plausibilidade jurídica dos indícios de irregularidades apontados. O segundo, da possível gravidade das consequências de se aguardar uma decisão de mérito.*

16. *No casos dos autos, em análise perfunctória, característica desta fase, considera-se que se de um lado há a probabilidade de confirmação, em sede de mérito, de irregularidades representadas, a exemplo da não usual alteração de solução para prestação dos serviços em sede de uma contratação emergencial. De outro, a SEFP/DF apresentou manifestação que, *prima facie*, contém argumentos satisfatórios, possivelmente capazes de afastá-las.*

17. *Nesse sentido, têm-se, entre outros, que:*

- (i) a contratação emergencial será “realizada com a manutenção dos atuais serviços prestados de **Atendimento Receptivo Humano e Atendimento Ativo Humano**, suprimindo assim os serviços de Preditivo Ativo Eletrônico e de Pesquisas com Ativo Humano, sem prejuízo para o Governo ou sociedade” (fl. 4, peça 30);*
- (ii) o contrato vigente até 31.05.2019 possui faturamento mensal de R\$ 1.514.455,44¹¹, enquanto a estimativa de preços ficou em R\$ 899.639,48 mensais, para atender a demanda de serviços majorada em 30%, “por ter como referência histórica o período de junho a novembro, no qual ocorre um aumento considerável da quantidade de ligações devido a ações e serviços de atendimento à população”, a exemplo do início, em 17.06.2019, do “atendimento para a matrícula da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Estado de Educação (SEE)” (fl. 4, peça 30);*
- (iii) a SEFP/DF recebeu proposta de empresa interessada com valor mensal de R\$ 708.018,08¹², o que corresponde a 78,7% do valor estimado, e consta que “na avaliação das propostas e documentação habilitatória da empresa detentora do menor preço, visando a celebração da contratação emergencial, a comissão constatou que foi comprovada a qualificação mínima - habilitação jurídica,*

⁹ Fumaça do bom direito.

¹⁰ Perigo da demora.

¹¹ Considerando-se a coluna “VALOR PAGO” da Tabela “Contrato nº 11/2013 – Mariana Van Erven Santos”.

¹² Cálculo realizado a partir da informação constante da fl. 5 da peça 30 de que “a empresa detentora do menor preço apresentou proposta com diferença a menor de R\$ 1.149.728,40 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, setecentos e vinte oito reais e quarenta centavos) em comparação ao valor estimado, que é de R\$ 5.397.836,88 (cinco milhões, trezentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos)”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, em conformidade com o disposto nos Subitens 10.1, 10.3 e 10.4 do Projeto Básico, bem como foram apresentados os documentos necessários à habilitação por meio de cópia autenticada por cartório, em conformidade com o disposto no Subitem 10.1.5 e 10.4.8 do Projeto Básico” (fl. 3, peça 30); e

- (iv) *o pagamento se dará por atendimento efetivamente realizado, pois o modelo atual de “pagamento por Posto de Atendimento não reflete em resultados positivos nem ao que tange a economicidade, considerando que o contrato vigente possui custo financeiro superior a 55% do que a simulação estimada por demanda de serviço e nem ao que se refere ao desempenho da central, já que a fila excedida apresenta números maiores que a demanda atendida” (fl. 4, peça 30).*

18. Além disso, conforme já ressaltado na Informação nº 21/2019 – Digem1 (peça 10), a realização do chamamento público pela SEFP ampliou os dispositivos da Lei nº 8.666/1993 aplicáveis à contratação direta intentada, pois, via de regra, ajustes dessa natureza são exceções justificadas pelo interesse público, de forma que apenas alguns dispositivos da Lei de Licitações são aplicáveis¹³, em especial

¹³ IV. CONCLUSÃO DESCRITIVA

9. A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu art. 37, inciso XXI, que:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (Destques acrescidos)

10. Conclui-se, assim, a partir dessa norma constitucional de eficácia contida, que a regra é a licitação, mas a legislação pode estabelecer hipóteses em que a Administração excepcionalmente poderá contratar sem o prévio procedimento licitatório. Nesse sentido a Lei 8.666/1993 prevê situações taxativas em que é possível a contratação **sem licitação**, dentre elas a questionada nestes autos e a seguir transcrita:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos. (Destques acrescidos)

11. Neste ponto, destaca-se a doutrina de FURTADO (2016, p. 370):

(...) Será sempre o interesse público que irá justificar a contratação direta. Desse modo, diante de situação concreta, deve-se confrontar a obrigação de licitar com os possíveis prejuízos ou riscos que poderão resultar da demora na celebração do contrato diante da realização do procedimento licitatório. Se desse confronto concluir-se que a realização da licitação irá causar ou poderá vir a causar sérios prejuízos à Administração ou à sociedade em geral, será autorizada a contratação direta. (Destques acrescidos)

12. Nos casos de contratação direta, que são justificados pelo interesse público, só são aplicáveis alguns dispositivos da Lei 8.666/1993. O principal deles, para o caso das representações objeto destes autos, é o que assim dispõe:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

(...) (Destques acrescidos)

13. Feita essa breve contextualização, verifica-se que as representações cujas análises de admissibilidade levam-se a efeito nesta fase, estão a tratar de uma possível contratação direta como se uma modalidade de licitação fosse, questionando o Projeto Básico que irá subsidiá-la, a partir do chamamento público realizado pela SEFP/DF para a celebração de contrato de licitação, o qual não possui qualquer previsão legal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

o art. 26, mas isso não chega a transformar o procedimento em uma licitação, sendo os dispositivos atraídos para a questão aplicáveis apenas no que for cabível.

19. Dessa forma, considera-se não atendido o requisito do *fumus boni iuris*.

20. Em relação ao perigo da demora, de fato, a contratação emergencial é iminente, com previsão de início da prestação dos serviços em 01.06.2019. Por outro lado, há que se observar o art. 20, caput, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB¹⁴, o qual estabelece que “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão”.

21. Ao se fazer a consideração exigida pelo referido dispositivo legal, o perigo de dano reverso da concessão das medidas cautelares suscitadas se revela evidente. Isso porque, conforme afirma a SEFP/DF, o serviço de Call Center para atendimento da população do Distrito Federal, por intermédio da Central 156:

(...) é indispensável para garantir atividades de regulação ambulatorial na qual é realizado a confirmação do agendamento de consultas médicas, exames e cirurgias junto aos pacientes atendidos pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), que realiza através desse canal a prestação de informações relacionadas a doação de sangue, a SES, que realiza o agendamento e orientações referentes a doação de leite materno para abastecimento das unidades de Banco de Leite do Distrito Federal, além da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), que realiza entre outros serviços, exclusivamente pela Central 156, o agendamento para atualização e inclusão cadastral do Programa Bolsa Família.

Outrossim, se faz mister ressaltar que está previsto para início em 17/06/2019 o atendimento para a matrícula da modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Secretaria de Estado de Educação (SEE), além do serviço contínuo de cadastro para vagas em Creches, cujo único canal de registro para esse tipo de serviço no GDF é a Central 156. Ademais, outros serviços prestados pela Central 156 perpassam diversos órgãos de Governo e vão desde ações relacionadas a vigilância sanitária, até os serviços de arrecadação, denúncias e ouvidoria.

(...)

22. Assim, ainda que depois se constate, por exemplo, que a situação de emergência decorreu de inércia da Administração, a chamada emergência “fabricada”, a sociedade não pode ser penalizada pela omissão estatal, não se vislumbrando, no presente caso, alternativa legal que não seja a contratação direta.

14. “ Ocorre que ao realizar o chamamento público para a escolha da empresa a ser diretamente contratada, a jurisdição acabou por ampliar os dispositivos da Lei de Licitações a serem observados e atrair o controle externo para a questão.”

(...)

¹⁴ Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

23. Além disso, não se identifica risco de ineficácia de futura decisão de mérito nestes autos, haja vista que a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal – LO/TCDF¹⁵ prevê competências de que poderá se valer a Corte para preservação do erário e do interesse público, bem como eventual responsabilização de gestores por irregularidades cometidas.

24. Dessa forma, não atendidos os requisitos necessários, sugere-se ao Tribunal que indefira os pedidos cautelares suscitados pelas representantes às peças 3, 6, 9 e 17.

25. Por fim, sugere-se à Corte que autorize a realização de inspeção para obtenção de dados ou informações sobre as procedências dos fatos representados, bem como para suprir omissões, lacunas ou esclarecer dúvidas acerca de dados ou informações constantes dos documentos juntados aos autos, consoante o disposto no art. 233, incisos II e III, do RI/TCDF¹⁶.” (grifos do original)

Ante o exposto, sugeriu-se ao eg. Tribunal:

“I. tomar conhecimento do(a):

a) Ofício SEI-GDF nº 1897/2019 – SEFP/GAB (peça 28) e seus anexos (peça 29);

b) Nota Técnica SEI-GDF nº 161/2019 – SEFP/SAG/SCG/AGEAD (peça 30);

c) cópia do Processo SEI nº 0040-00012401/2019-81 (peça 31);

II. considerar cumprida a diligência constante do item II do Despacho Singular nº 294/2019 – GCIM, referendado pela Decisão nº 1800/2019;

III. **indeferir** os pedidos cautelares suscitados pelas representantes às peças 3, 6, 9 e 17;

IV. autorizar:

a) a realização de inspeção, caso se fizer necessária, na SEFP/DF e onde mais se fizer pertinente, para o completo exame dos fatos representados;

b) a ciência do decisum que vier a ser prolatado aos interessados (representantes e SEFP/DF);

c) o retorno dos autos à Segem para análise de mérito das representações de peças 3, 6, 9 e 17.” (negrito do original)

As sugestões formuladas mereceram a concordância do titular da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF (e-DOC DD321519-e).

É o relatório.

¹⁵ Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994.

¹⁶ “Art. 233. Inspeção é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - verificar o cumprimento de suas deliberações;

II - obter dados ou informações preliminares sobre a procedência de fatos relacionados a denúncias ou representações;

III - suprir omissões e lacunas ou esclarecer dúvidas acerca de dados ou informações constantes de documentos.

Parágrafo único. As inspeções serão autorizadas ou determinadas pelo Tribunal, Presidente ou relator.”

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

VOTO

Preliminarmente, informo que os presentes autos deram entrada em meu gabinete às 11h49 do dia de hoje (30.05.2019).

Inicialmente, tendo em conta a relevância da matéria, peço vênias para contextualizar o presente feito.

No dia 24.04.2019, a Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF publicou, no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, o aviso de licitação do **Pregão Eletrônico n.º 23/2019**, visando à “*contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados e sazonais, para a implantação e o fornecimento de solução global de Contact Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão – Central 156, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência (e-doc C794F209-e)*”.

O tipo de licitação adotado é o de “menor preço global por lote”. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia a partir de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses. A abertura do certame estava prevista para o dia 07.05.2019, às 9h00. O valor total estimado (anual) é de R\$ 11.282.560,20, conforme tabela a seguir:

GRUPO 01								
Item	Discriminação	Código Catserv. ****	Unidade (A)	Quantidade Mensal (B)	Preço Unitário Estimado (C)	Quantidade Anual (D) = (B x 12 meses)	Valor Total Mensal Estimado (R\$) - E = (B x C)	Valor Total Anual Estimado - F = (E x 12)
1	Atendimento Receptivo Humano	16292	ligação atendida	170.185***	R\$ 3,29	2.042.220*	R\$ 559.908,65	R\$ 6.718.903,80
2	Atendimento Ativo Humano	16292	ligação atendida	56.769***	R\$ 5,83	681.228	R\$ 330.963,27	R\$ 3.971.559,24
3	Atendimento Ativo Eletrônico	26360	ligação atendida	67.591***	R\$ 0,59	811.092**	R\$ 39.878,69	R\$ 478.544,28
4	Atendimento Ativo de Mensagens de Texto para Celular “Short Message Service” – SMS	26352	mensagem enviada	67.591***	R\$ 0,14	811.092**	R\$ 9.462,74	R\$ 113.552,88
Valor Total Estimado do Grupo 01:							R\$ 940.213,35	R\$ 11.282.560,20

A análise da regularidade do referido procedimento licitatório é objeto do **Processo n.º 9.546/2019-e**, de relatoria do i. Conselheiro Paiva Martins.

Em razão do ingresso de representação naqueles autos, com pedido de medida cautelar, protocolada por pessoa física¹⁷ (e-DOC DECBFB6A-c), versando sobre possíveis irregularidades no edital do PE n.º 23/2019 – SEFP/DF, o i. Relator daquele feito, no dia 03.05.2019, exarou o **Despacho Singular n.º 157/2019 – GCPM** (e-DOC 62A3B5DA-e), com o seguinte teor:

“I. tomar conhecimento:

a) da Representação protocolada pela Sra. Fernanda Gonçalves Machado (e-doc DECBFB6A-c);

b) do Edital do Pregão Eletrônico nº 23/2019 (e-doc C794F209-e) e do Processo SEI nº 00040-00005069/2019-07 (e-doc 3AAF7265-e).

¹⁷ Srª. Fernanda Gonçalves Machado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

II. **determinar, com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93, c/c o art. 277 do Regimento Interno do TCDF, à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal que:**

a) **suspenda cautelarmente o Pregão Eletrônico nº 23/2019 até ulterior deliberação deste Tribunal;**

b) no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que entender pertinentes quanto aos fatos narrados na Representação;

III. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia deste Despacho Singular e da Representação à Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal, a fim de subsidiar o atendimento do inciso II;

b) a ciência deste Despacho Singular à Representante, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail);

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada para adoção das providências pertinentes.” (grifei)

Destaco que, para fundamentação da prolação da medida cautelar supramencionada, o n. Conselheiro Paiva Martins assim se manifestou (e-DOC 62A3B5DA-e):

“10. Os autos deram entrada em meu gabinete às **15h52min do dia 3.5.2019 (sexta-feira)**. Amparado pelo art. 113, § 2º, da Lei de Licitações, c/c os arts. 123 e 277 do Regimento Interno desta Casa e **considerando que a abertura do certame está prevista para o dia 7.5.2019 (terça-feira, às 9h00min)**, passa-se à análise singular dos fatos.

11. Inicialmente, verifica-se que os requisitos estabelecidos no art. 230 do Regimento Interno desta Casa foram devidamente preenchidos, não havendo óbice à admissão da peça inaugural.

12. No tocante à medida cautelar pleiteada, estão presentes os requisitos indispensáveis à sua concessão – o **periculum in mora** e o **fumus boni iuris**.

13. Entre as questões apontadas, destaca-se o prazo exíguo de **30 (trinta) dias**¹⁸ para disponibilização, por parte da licitante vencedora, das instalações e de toda a infraestrutura descrita no Termo de Referência, no bojo da qual se inclui o sistema CRM em conformidade com as especificações da SEFP/DF, **sob pena de desclassificação**, o que pode reduzir o número de interessadas em participar da licitação, com prejuízo à **competitividade**.

¹⁸ “4.5. Divulgado o resultado, a empresa vencedora do certame terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, para apresentar as instalações e toda a infraestrutura exigida no presente Termo de Referência, a qual será avaliada e aprovada pela Comissão de Avaliação designada pela CONTRATANTE:

a) Caso a empresa vencedora, não atenda a exigência acima e/ou tenha sua infraestrutura insuficiente e recusada pela Comissão de Avaliação, será desclassificada, sendo convocada a segunda colocada para nas mesmas condições, atender as mesmas exigências e assim sucessivamente;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

14. À título comparativo, certame similar lançado pelo Município de São Paulo – Pregão nº 10/2015-COBES, cuja documentação consta do processo remetido pela SEFP/DF, fixou o prazo máximo de transição para o novo sistema CRM contratado em **até 150 (cento e cinquenta) dias**¹⁹.

15. Noutro giro, há previsão editalícia de prorrogação do contrato até o limite de **60 (sessenta) meses**, o que ensejaria a fixação, no instrumento convocatório, dos critérios de reajustamento de preços, atualmente ausentes.” (grifos do original)

Por meio da **Decisão n.º 1.533/2019** (e-DOC BFE98EE3-e), de 07.05.2019, o Plenário desta Casa, por unanimidade, referendou o Despacho Singular n.º 157/2019 – GCPM.

No dia 07.05.2019, foi publicado no DODF o Aviso de Suspensão do PE n.º 23/2019-SEFP/DF, comunicando aos interessados a **suspensão “sine die”** do mencionado certame.

Vale lembrar que a prestação dos serviços alusivos à “Central 156” são atualmente realizados com amparo no **Contrato de Prestação de Serviços n.º 11/2013**, celebrado entre a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Codeplan e a empresa Mariana Van Erven Santos (Vanerv Solution).

Por meio do 9º Termo Aditivo, o prazo de vigência contratual foi prorrogado por 12 (doze) meses, encerrando-se no dia **31.05.2019**, sem possibilidade de nova prorrogação, tendo em conta que a última dilação ocorreu nos termos do § 4º²⁰ do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.

Em razão da suspensão cautelar do PE n.º 23/2019-SEFP/DF (por força do Despacho Singular n.º 157/2019 – GCPM) e a proximidade do término do prazo de vigência do Contrato n.º 11/2013 – Codeplan (sem possibilidade de nova dilação), a Pasta de Estado instaurou o Processo n.º SEI 00040-00012401/2019-81, com vistas à contratação emergencial, mediante dispensa de licitação, “para evitar a descontinuidade do serviço até a finalização do procedimento licitatório, conforme preceitua o art. 24, inciso IV, da Lei nº 8666/93” (sublinhei), nos termos da Nota Técnica SEI-GDF n.º 111/2019 - SEFP/SAGA/SCG/AGEAD.

Assim, no dia 22.05.2019, foi publicado no DODF o **Aviso de Dispensa de Licitação n.º 01/2019**, com o seguinte teor:

*“A Subsecretaria de Compras Governamentais comunica a abertura da **Dispensa de Licitação, EMERGENCIAL, para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal - Central 156**, envolvendo recursos materiais, tecnológicos e humanos, incluindo aplicação de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais, nos termos do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.466/2013. Processo SEI nº 00040.00012401/2019-81, no valor estimado de **R\$ 5.397.836,88** (cinco milhões, trezentos e*

¹⁹ Item 6.3.10.3 do Termo de Referência. Cópia à fl. 72 do e-doc 3AAF7265-e.

²⁰ “§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses.”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

*noventa e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos), **para o período de até 180 (cento e oitenta) dias.** O Projeto Básico contendo todas as informações necessárias poderá ser obtido no endereço: Praça do Buriti, Anexo do Palácio do Buriti, 5º andar, sala 500, Brasília/DF, CEP: 70.075-900, telefone: (61) 3313-8160. As propostas, juntamente com a documentação, deverão ser entregues em um único envelope lacrado até às 18hs do dia 23/05/2019 no endereço supracitado.* (grifos nossos)

O Projeto Básico – PB da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 – SEFP/DF foi objeto de representações junto a esta Corte de Contas, com pedidos de medida cautelar, formuladas pela:

- Srª. Fernanda Gonçalves Machado (e-DOC F17FF10A-c);
- empresa CJU Brasil Eireli ME (e-DOC 6F632161-c);
- empresa Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli (e-DOC DDFB26D0-c); e
- empresa Datamétrica Teleatendimento S/A (e-DOC 60643322-c).

O ingresso das exordiais supracitadas ensejou a autuação deste processo, cuja relatoria foi a mim distribuída, nos termos da Certidão constante do e-DOC E1667519-e, de 24.05.2019.

No dia 27.05.2019, considerando a urgência da matéria, proferi o **Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM** (e-DOC 32BE32B3-e), no sentido de: tomar conhecimento das exordiais; fixar prazo de 02 (dois) dias para manifestação da SEFP/DF acerca do teor dos fatos representados e para envio ao Tribunal, em meio digital, de cópia do Processo n.º 0040-00012401/2019-81, **para subsidiar ulterior deliberação acerca das medidas cautelares suscitadas**; dar ciência da deliberação às representantes; e autorizar o envio de cópia das representações e desta deliberação monocrática à SEFP/DF, para auxílio no cumprimento das diligências, e o retorno dos autos à Segem/TCDF, para os devidos fins, em caráter urgente e prioritário.

O referido ato monocrático foi recebido na Pasta de Estado às 8h45 do dia seguinte (28.05.2019). Por meio da **Decisão n.º 1.800/2019** (e-DOC 587C8F85-e), o Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM foi ratificado, por unanimidade, pelo Plenário do TCDF.

A jurisdicionada, em cumprimento ao Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM, ratificado pela Decisão n.º 1.800/2019, encaminhou o Ofício SEI-GDF n.º 1897/2019 - SEFP/GAB (e-DOC 56571E9E-c), contendo os esclarecimentos prestados pela Subsecretaria de Compras Governamentais da Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa daquela Pasta, por meio da Nota Técnica SEI-GDF n.º 161/2019 - SEFP/SAGA/SCG/AGEAD (e-DOC 47F5097F-e).

A cópia, em meio digital, dos Processos n.ºs 0040-00012401/2019-81 (que trata da dispensa de Licitação n.º 01/2019 – SEFP/DF) e 0040-00014460/2019-94 (instaurado exclusivamente para tratar das representações protocoladas junto ao TCDF, em resposta ao Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM) foram juntadas aos autos na forma dos e-DOCs F0E8C87B-c e E14ADF9A-c, respectivamente.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

A presente fase processual, portanto, trata da **deliberação acerca das medidas cautelares requeridas nas Representações** formuladas pela Sr^a. Fernanda Gonçalves Machado e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME, Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli e Datamétrica Teleatendimento S/A.

Nesta oportunidade, a unidade instrutiva, com base nos esclarecimentos prestados pela SEFP/DF, propõe ao Tribunal: tomar conhecimento da documentação carreada ao feito; considerar cumprida a diligência constante do item II do Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 1800/2019; **indeferir os pedidos cautelares suscitados pelas representantes**; dar ciência do *decisum* que vier a ser prolatado aos interessados (representantes e SEFP/DF); e autorizar a realização de inspeção, caso se fizer necessária, na SEFP/DF e onde mais se fizer pertinente, para o completo exame dos fatos representados, e o retorno dos autos à Segem/TCDF, para análise de mérito das exordiais.

Antes de me pronunciar acerca da questão a ser tratada nesta fase, considero necessário destacar o empenho da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF em instruir o presente feito **em tempo hábil** para que o processo pudesse ser submetido ao descortino do Plenário desta Casa na sessão ordinária do dia 30.05.2019 municiado da análise da competente área instrutiva, antes do término do prazo de execução do Contrato n.º 11/2013 - Codeplan, bem como apontar a qualidade da instrução elaborada pelo Diretor da 1ªDigem/TCDF.

Feita essa consideração, recordo que todas as representações versam sobre a **contratação emergencial** conduzida pela SEFP/DF, mediante **dispensa de licitação**, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993, para seleção de empresa para prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – **Central 156**, envolvendo recursos materiais, tecnológicos e humanos, incluindo aplicação de métodos, técnicas e padrões de interação e relacionamento com os usuários por meio de multicanais, conforme especificações descritas no Projeto Básico – PB e seus anexos.

Ao compulsar os autos, verifico que o encaminhamento proposto pela unidade instrutiva merece acolhida pelo Plenário desta Corte de Contas, com pequenos acréscimos; motivo pelo qual **adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 25/2019 – Digem1.**

Nada obstante todos os argumentos trazidos pela 1ª Digem/TCDF, passo a tecer considerações adicionais acerca da matéria, a fim de reforçar meu posicionamento quanto à necessidade de o Plenário denegar os pedidos cautelares suscitados pelas representantes.

Verifico que **a solução** adotada no Projeto Básico – PB da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 – SEFP/DF (que prevê que o pagamento da contratada deverá ser realizado por ligação efetivamente atendida) **difere substancialmente da atualmente empregada no Contrato n.º 11/2013 – Codeplan** (que remunera a empresa prestadora do serviço por Posto de Atendimento – PA).

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

Destaco que as alterações promovidas pela Pasta de Estado na forma de remuneração (e de funcionamento) da Central 156 decorreram, notadamente, do resultado das atividades promovidas pelo Grupo de Trabalho para Planejamento da Contratação da Central 156 – GTPlan156, no bojo do Processo n.º 00040-00012401/2019-81.

Esse mesmo Grupo de Trabalho, em razão da suspensão cautelar do PE n.º 23/2019-SEFP/DF, apontou a necessidade de a “*contratação emergencial (...) ser realizada com a manutenção dos atuais serviços prestados de Atendimento Receptivo Humano e Atendimento Ativo Humano, **suprimindo** assim os serviços de Preditivo Ativo Eletrônico e de Pesquisas com Ativo Humano, **sem prejuízo** para o Governo ou sociedade*” (grifei).

As supressões sugeridas pelo GTPlan156 foram acolhidas pela SEFP/DF e constam do Projeto Básico da Dispensa de Licitação n.º 01/2019, tendo ocasionado uma redução significativa no valor total estimado para a contratação emergencial (**R\$ 5.397.836,88**, para um período de 6 meses), conforme estimativa detalhada a seguir:

ANEXO I

PLANILHA DE DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS DOS ITENS

LOTE ÚNICO							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE - A	QUANTIDADE MENSAL - B	PREÇO UNITÁRIO (R\$) - C	QUANTIDADE SEMESTRAL - D = (B X 6 MESES)	VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO (R\$) - E = (B X C)	VALOR TOTAL SEMESTRAL ESTIMADO - F = (E X 6)
1	Atendimento Receptivo Humano	ligação atendida	173.440*	R\$ 3,29	1.040.640**	R\$ 570.617,60	R\$ 3.423.705,60
2	Atendimento Ativo Humano	ligação atendida	56.436	R\$ 5,83	338.618**	R\$ 329.021,88	R\$ 1.974.131,28
Valor Total Estimado:						R\$ 899.639,48	R\$ 5.397.836,88

*Acréscimo de 30% sobre o quantitativo de atendimento do atual contrato no período de junho a novembro de 2018;

** Número aproximado para o valor inteiro mais próximo

Saliento que o valor atualmente vigente no Contrato n.º 11/2013 – Codeplan, no montante de **R\$ 20.970.317,79** (para o período de 1º.06.2018 a 31.05.2019, ou seja, para um prazo de 12 meses), resta estabelecido pelo 9º Termo Aditivo²¹ ao ajuste, da seguinte forma:

²¹ Disponível em www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/011-2013-2%C2%BA-Termo-de-Apostilamento.pdf (acesso em 30.05.2019)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

PA – TIPO SERVIÇOS	QUANT.	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal - Total (R\$)	Valor Anual - Total (R\$)
I	35	5.633,52	197.173,20	2.366.078,40
II	41	10.956,18	449.203,38	5.390.440,56
III	18	13.867,40	249.613,20	2.995.358,40
V	25	5.824,43	145.610,75	1.747.329,00
VI	27	11.689,01	315.603,27	3.787.239,24
VII	08	28.888,20	231.105,60	2.773.267,20
VIII	0	9.641,27	0,00	0,00
IX	27	3.295,36	88.974,72	1.067.696,64
SUB TOTAL	181		1.686.925,39	20.127.409,44
EJA/TELE MATRÍCULA				842.908,35
TOTAL				R\$ 20.970.317,79

Consta dos autos (mais precisamente, do Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 154/2019 - PGDF/PGCONS), a informação de que, em que pese a publicização promovida pela SEFP/DF para a dispensa de licitação em comento (que, aliás, vai além do que rege a Lei n.º 8.666/1993), somente as empresas BK Consultoria e Serviços Ltda.²² e Datamétrica Teleatendimento S/A.²³ apresentaram propostas de preço para a contratação emergencial em tela. Os valores apresentados pelas firmas estão resumidos a seguir:

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		R\$ 5.397.836,88
ORDEN DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA
1º	BK Consultoria e Serviços LTDA	R\$ 4.248.108,48
2º	Datamétrica Teleatendimento S/A	R\$ 4.775.291,76

Ainda segundo o Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 154/2019 - PGDF/PGCONS, a empresa BK Consultoria e Serviços LTDA. foi declarada vencedora para a contratação emergencial, com o valor de **R\$ 4.248.108,48**, “conforme quadro abaixo consolidado com o valor estimado para a contratação emergencial e a proposta vencedora depois de concluída a análise da habilitação jurídica e qualificação econômico-financeira”:

EMPRESA	VALOR ESTIMADO	VALOR DA PROPOSTA	DIFERENÇA
BK Consultoria e Serviços LTDA	R\$ 5.397.836,88	R\$ 4.248.108,48	R\$ 1.149.728,40

A substancial redução no valor da contratação emergencial deve ser levada em consideração para indeferir eventual prolação de medida cautelar.

Observe, ainda, que, ao final do supracitado parecer jurídico, opinou-se, “s.m.j., sem prejuízo da leitura do inteiro teor do opinativo, pela viabilidade jurídica da contratação direta, por dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, IV,

²² CNPJ: 03.022.122/0001-77.

²³ CNPJ: 01.077.145/0001-53.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

da Lei n. 8.666/93, desde que previamente atendidas as recomendações contidas no presente opinativo” (sublinhado).

O Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral do Consultivo e de Tribunais de Contas – PGCONS da PGDF, ao aprovar o Parecer Jurídico SEI-GDF n.º 154/2019 - PGDF/PGCONS, “em acréscimo às bem lançadas ponderações”, considerou importante a complementação²⁴ de justificativas pela Pasta de Estado acerca da exigência de implementação de Sistema de Gestão do Relacionamento, usualmente chamado de “Customer Relationship Management” – CRM, em prazo mais reduzido do que o previsto na contratação regular.

O Grupo de Trabalho, então, por meio da Nota Técnica SEI-GDF n.º 12/2019 - SEFP/SAGA/GTPLAN156, afastou a preocupação externada pelo Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral do Consultivo e de Tribunais de Contas – PGCONS da PGDF, da seguinte forma:

“2.1.4. Nesse contexto, comprova-se que o escopo da solução tecnológica foi reduzido e adaptado para garantir o funcionamento mínimo da Central 156, sem solicitações de recursos sofisticados e/ou migração de dados, de forma a possibilitar a participação ampla de empresas no certame e no prazo exigido.

2.1.5. A implantação rápida é possível em função da adaptação dos requisitos necessários e da gama de sistemas de CRM disponíveis no mercado, que são utilizados por empresas prestadoras de serviços de Call Center/Contact Center. Abaixo exemplificamos 11 (onze) deles:

ID	CRM	SITE DA SOLUÇÃO
1	SalesForce	https://www.salesforce.com/br/products/service-cloud/overview/ https://www.salesforce.com/solutions/industries/government/overview/
2	Microsoft Dynamics 365	https://dynamics.microsoft.com/pt-br/customer-service/capabilities/ https://dynamics.microsoft.com/pt-br/customer-service/role/customer-service-operations/
3	Oracle Rightnow	https://www.oracle.com/br/products/applications/rightnow/overview/
4	Omni Plusoft	https://www.plusoft.com.br/omni_plusoft-3
5	Zendesk	https://www.zendesk.com.br/
6	Octadesk	https://www.octadesk.com/ideal-para/atendimento-ao-cliente
7	Zoho	https://www.zoho.com/pt-br/
8	Bitrix 24	https://www.bitrix24.com.br/
9	SAP Service Cloud	https://www.sap.com/brazil/products/crm/customer-service.html
10	PEGA	https://www.pega.com/pt-br/products/crm-applications/customer-service
11	CUBE	http://www.cube-software.com/crm/

”(grifos nossos)

A documentação encaminhada pela SEFP/DF permite verificar, em juízo de cognição sumária, típico das medidas cautelares, que o Projeto Básico – PB da dispensa de licitação n.º 01/2019 observa o disposto no **item “II-e” da Decisão n.º 3.500/1999**, uma vez que o objeto da contratação foi reduzido e ajustado de modo a se limitar, “em termos qualitativos e quantitativos, ao que for estritamente indispensável para o equacionamento da situação emergencial”. A significativa redução do valor estimativo da dispensa de licitação reforça tal entendimento.

²⁴ “Tomada a premissa acima, pela qual o Tribunal entendeu plausível a tese de restrição à competitividade pela exiguidade do prazo de 30 dias para implementação da solução na contratação regular (cita exemplo em que tal prazo teria sido de 150 dias), indaga-se ao órgão por quais razões tal vício não estaria também presente no caso da contratação emergencial, cujo prazo de implementação é ainda mais reduzido. Com efeito, os serviços a serem contratados devem ser postos em funcionamento daqui a poucos dias, tornando ainda mais relevante o enfrentamento da questão. É importante a produção dessas justificativas, a fim de prevenir novos questionamentos sobre o tema.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

Quanto à exigência constante do Projeto Básico da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 – SEFP/DF de implantação de CRM, entendo que a matéria merece melhor aprofundamento, o que será realizado quando do exame de mérito das exordiais. Nada obstante, destaco que, a meu ver, tal exigência não se mostra suficiente para configurar a plausibilidade jurídica para deferimento de medida cautelar capaz de obstar a celebração de contrato emergencial para a operacionalização da Central 156.

Além disso, ainda que o procedimento de dispensa de licitação tenha alguma irregularidade (o que será objeto de verificação quando da análise de mérito da Representação), o deferimento de liminar (determinando a suspensão dos atos alusivos à contratação emergencial e, por consequência, da execução dos serviços de Call Center da Central 156 com amparo em contrato celebrado mediante dispensa de licitação) causará, a meu ver, um prejuízo aos administrados (população em geral) maior do que eventual benefício ao erário com a prolação da cautelar.

Assevero, inclusive, que, além de todos os argumentos trazidos pela SEFP/DF e pela Segem/TCDF, eventual concessão de liminar colocaria em risco o funcionamento de todos os serviços de “Call Center” para atendimento da Central 156, restando configurado o **perigo de dano reverso**, uma vez que a referida contratação

“é essencial para garantir o andamento de diversos serviços do Governo do Distrito Federal, como: ‘regulação ambulatorial na qual é realizado a confirmação do agendamento de consultas médicas, exames e cirurgias junto aos pacientes atendidos pela Secretaria de Estado de Saúde (SES), a Fundação Hemocentro de Brasília (FHB), que realiza através desse canal a prestação de informações relacionadas a doação de sangue, a SES, que realiza o agendamento e orientações referentes a doação de leite materno para abastecimento das unidades de Banco de Leite do Distrito Federal, além da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), que realiza entre outros serviços, exclusivamente pela Central 156, o agendamento para atualização e inclusão cadastral do Programa Bolsa Família”.

A concessão de medida liminar poderá, portanto, originar o perigo de dano inverso (quando o dano resultante da concessão da medida é superior ao que se deseja evitar), causando prejuízo irreparável à parte contrária. Nesse sentido, o Novo Código de Processo Civil – NCPC (regido pela Lei n.º 13.105/2015) estabelece, em seu art. 273, § 2º, que “*não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado*”.

Assim, em acréscimo às sugestões formuladas pela área instrutiva, tenho que o Tribunal deve denegar as medidas cautelares requeridas nas representações também em razão da presença de perigo de dano reverso.

Reforço que posicionamento similar foi adotado por esta Casa quando da prolação, por unanimidade, da **Decisão n.º 3.363/2018**²⁵ (e-DOC AC74CB45-e), no bojo do Processo n.º 21.168/2018-e²⁶.

²⁵ “I – tomar conhecimento: a) da representação formulada pela empresa Stericycle Gestão Ambiental Ltda. com pedido de cautelar, versando sobre possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação n.º 17/2018, deflagrada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, que culminou na contratação, em caráter emergencial, da empresa

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

Acrescento, ainda, que a medida liminar requerida pelos representantes culminaria na **prestação de serviços sem cobertura contratual**, situação que caracteriza ofensa aos arts. 60 da Lei n.º 4.320/1964 e 60 da Lei n.º 8.666/1993 (o que, a meu ver, não é admissível, ante a análise apresentada nesta assentada).

Por fim, tendo em conta que a contratação emergencial será iniciada no próximo sábado (dia 1º.06.2019), cabe autorizar, em acréscimo às sugestões, o exame, em autos apartados, da regularidade da execução do contrato que vier a ser firmado em razão da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 – SEFP/DF, com amparo na Resolução TCDF n.º 289/2016, que *“define critérios para autuação e análise de editais de licitação, de processos de fiscalização de dispensa e inexigibilidade de licitação, bem assim de adesão à ata de registro de preços e dá outras providências”*, notadamente nos arts. 8º e 9º, transcritos a seguir:

*“Art. 8º As unidades responsáveis pelo exame dos processos autuados em face desta Resolução ficam autorizadas a **realizar diligências saneadoras nos órgãos demandantes e nos locais onde será ou estiver sendo executado o objeto da contratação**, sempre que houver a necessidade de ampliar a contextualização da despesa sob fiscalização.*

*Art. 9º **As análises realizadas pelo Tribunal em relação aos processos examinados nos termos desta Resolução não excluem a possibilidade de outros procedimentos de fiscalização, nem a imputação de responsabilidade por falhas identificadas posteriormente.**”* (grifos do original)

Ante todo o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva, com o acréscimos que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I. tome conhecimento:

- a) do Ofício SEI-GDF n.º 1897/2019 – SEFP/GAB (e-DOC 56571E9E-c) e seus anexos (e-DOC E14ADF9A-c);
- b) da Nota Técnica SEI-GDF n.º 161/2019 – SEFP/SAG/SCG/AGEAD (e-DOC 47F5097F-e);

*Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda. para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde Potencialmente Infectantes (Grupo A), Químicos (Grupo B) e Perfurocortantes (Grupo E), conforme classificação da RCD ANVISA n.º 222/2018, de forma regular, provenientes de todos os estabelecimentos da rede de saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF (e-DOC AD46ADDE-c), com fulcro no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993 e tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF; b) da Informação n.º 137/2018 – 1ª DIACOMP/SEACOMP (e-DOC 0AA92832-e); **II – denegar o pedido de medida cautelar requerido na exordial, ante a ausência da plausibilidade jurídica e a presença de perigo de dano reverso**; III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU, com fulcro no disposto no art. 230, § 9º, c/c o art. 248, inciso V, do RI/TCDF, que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, acerca dos fatos representados; IV – nos termos do § 7º do art. 230 do RI/TCDF e em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conceder à empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda. o prazo de 10 (dez) dias para apresentar suas considerações sobre a exordial; V – dar ciência desta decisão à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF Push (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail); VI – autorizar: a) o envio de cópia da Representação (e-DOC AD46ADDE-c), do relatório/voto do Relator e desta decisão ao SLU/DF e à empresa Belfort Gerenciamento de Resíduos Ltda., para auxílio no cumprimento das diligências constantes dos itens III e IV, respectivamente; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para análise de mérito da exordial em cotejamento com os esclarecimentos que vierem a ser encaminhados, com a urgência que o caso requer.”* (grifei)

²⁶ Representação formulada pela empresa Stericycle Gestão Ambiental Ltda., com pedido de cautelar, versando sobre possíveis irregularidades na Dispensa de Licitação n.º 17/2018, deflagrada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 11.981/19e

- c) da cópia do Processo SEI n.º 0040-00012401/2019-81 (e-DOC F0E8C87B-c);
- d) da Informação n.º 25/2019 – Digem1 (e-DOC 9B830D6C-e);
- II. considere cumprida a diligência constante do item II do Despacho Singular n.º 294/2019 – GCIM, referendado pela Decisão n.º 1.800/2019;
- III. denegue os pedidos de medida cautelar requeridos nas representações formuladas pela Srª. Fernanda Gonçalves Machado e pelas empresas CJU Brasil Eireli ME, Vanerven – Soluções em Tecnologia e Teleatendimento Eireli e Datamétrica Teleatendimento S/A. (e-DOCs F17FF10A-c, 6F632161-c, DDFB26D0-c e 60643322-c, respectivamente), em face da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 conduzida pela Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993, para seleção de empresa para prestação de serviços continuados e sazonais, visando a implantação e o fornecimento de solução global de Call Center, para atender os canais dos serviços da Central de Atendimento ao Cidadão do Distrito Federal – Central 156, ante a ausência de plausibilidade jurídica e a presença de perigo de dano reverso;
- IV. dê ciência da decisão que vier a ser prolatada aos interessados (representantes e Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEFP/DF);
- V. autorize:
 - a) a realização de inspeção, caso se fizer necessária, na SEFP/DF e onde mais se fizer pertinente, para o completo exame dos fatos representados;
 - b) o exame, em autos apartados, da regularidade da execução do contrato que vier a ser firmado em razão da Dispensa de Licitação n.º 01/2019 – SEFP/DF, com amparo nos arts. 8º e 9º da Resolução TCDF n.º 289/2016;
 - c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF, para exame de mérito das representações e demais providências cabíveis.

Brasília (DF), 30 de maio de 2019

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator